

MULHERES INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE: Trajetória e Desafios

Elizandra Fygsanh Freitas¹

Marcos Gehrke²

Ana Cristina Hammel³

RESUMO

Este texto trata de estudo sobre mulheres indígenas na universidade, um misto de luta, desafio, articulação, resistência, sonho, utopia e conquista kaingang e guarani. A pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual do Centro-Oeste, que objetiva identificar a inserção e a participação das mulheres a partir da entrada na universidade. A luta das mulheres indígenas dá-se internamente nos territórios na relação com suas lideranças, ainda majoritariamente masculina, na relação familiar patriarcal e no campo da conquista do Ensino Superior, dentro e fora dos territórios. Evidencia o contexto e conjuntura da necessidade de formação e escolarização superior de nosso povo. A problemática investigativa explicita que esse território tem realizado conquistas em postos de trabalho antes não existentes, aspecto que tem exigido a formação superior, e isso vem sendo enfrentado pelo acesso à universidade pública e, contraditoriamente, à universidade privada. Pretendemos analisar, aqui, a presença das mulheres indígenas no Ensino Superior e a ocupação dos postos de trabalho por elas no território. Para produzir os dados realizamos a investigação bibliográfica necessária na produção acadêmica e científica. Como categorias centrais do estudo, destacamos o Ensino Superior, as mulheres, o território, a formação, entre outras. No trabalho de campo fizemos o levantamento de dados sobre as mulheres kaingang e guarani no Ensino Superior com a produção de um quadro de análise qualitativo e quantitativo. Consideramos que houve avanços nas conquistas e permanece o desafio da formação superior. Destacamos que as mulheres ainda precisam conquistar espaço na participação da gestão dos territórios.

Palavras chave: território indígena; Ensino Superior; mulheres kaingang e guarani; profissionalização.

INDIGENOUS WOMEN AT UNIVERSITY: TRAJECTORY AND CHALLENGES

ABSTRACT

This is a study on indigenous women in university, a mixture of struggles, challenges, articulation, resistance, dreams, utopia, and conquest, Kaingang and Guarani. This research is developed within the Graduate Program in Education at the Universidade Estadual do Centro-Oeste, aiming to identify the insertion and participation of women through their engagement with the university. The struggle of indigenous women occurs internally within their territories in the relation with their predominantly male leadership, within patriarchal family relations, and in the pursuit of higher education, both inside and outside the territories. This highlights the context and necessity for higher education and schooling for our people. The investigative problem clarifies that this territory has achieved advancements in job positions that previously did not exist, an aspect that requires higher education and has been challenged by access to public universities and, paradoxically, to private universities. Here, we intend to analyze the presence of indigenous women in higher education and their occupation of job positions within the territory. In order to produce data, we conducted a necessary bibliographic research in academic and scientific production. The central categories in the study include higher education, women, territory, and education, among others. In the fieldwork, we gather data on Kaingang and Guarani women in higher education, producing a qualitative and quantitative analysis framework. We note that there have been advances in these achievements, but the challenge of attaining higher education remains. It is emphasized that women still need to gain space in the management of their territories.

Keywords: indigenous territory; Higher Education; kaingang and guarani women; professionalization.

Submetido em: 11/11/2024

Aceito em: 9/2/2025

Publicado em: 14/3/2025

¹ Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) – Guarapuava/PR, Brasil. <https://orcid.org/0009-0006-8868-1059>

² Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) – Guarapuava/PR, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-7592-3139>

³ Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Laranjeiras do Sul/PR, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-2236-8848>

INTRODUÇÃO

Mulheres indígenas no Ensino Superior corresponde a um misto de luta, desafio, articulação, resistência, sonho, utopia e conquista. Somos kaingang e guarani na Terra Indígena (TI) Rio das Cobras, localizada no oeste do Paraná, em Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu, território que vem garantindo a formação superior para seu povo. Pesquisamos e escrevemos este trabalho coletivamente – orientadora e orientador não indígenas e orientada indígena kaingang; duas línguas, formas e pensamentos, e, por isso, nossa escrita está na terceira pessoa ao longo do texto, mas nas considerações finais optamos pela fala/escrita, na palavra da orientada indígena. O trabalho resulta da investigação realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) (Freitas, 2024) e objetiva produzir uma dissertação sobre essa temática.

Como todo território indígena neste país, a luta pela terra e a resistência nela, pelos povos originários, tem ocupado grande espaço nas pautas de luta, nas negociações com o Estado, na busca por parcerias com as universidades, entre outras ações. Não seria diferente no território pesquisado, em que a luta das mulheres indígenas se dá internamente na relação com suas lideranças, ainda majoritariamente masculinas, na relação familiar patriarcal e no campo da conquista do Ensino Superior, dentro e fora dos territórios para, então, conquistar espaço de trabalho dentro das aldeias.

O Paraná conta com uma população de 30.460 pessoas indígenas (IBGE, 2022), das etnias kaingang, xetá e guarani e suas parcialidades. A TI Rio das Cobras, maior território no Paraná, com extensão de 18.682 hectares, abarcando os municípios de Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu, reúne as etnias kaingang (com 815 famílias) e Guarani (com 183 famílias), num total de 3.600 indígenas, correspondendo a 11% da população indígena do Paraná (IBGE, 2022), vivendo em nove aldeias.

Esse território conquistou seis escolas públicas com uma população estudantil de 1.248 estudantes da Educação Básica, com atuação de 128 professores, dos quais 65 são indígenas e 33 ainda não contam com o Ensino Superior. O território tem uma Unidade Básica de Saúde Indígena (Ubsi), inaugurada no ano de 2021, com 45 profissionais e apenas uma mulher indígena graduada no curso de Enfermagem. Nesse território temos a primeira Brigada Federal de Incêndio com 15 brigadistas, todos indígenas, 13 homens e duas mulheres. A TI contribuiu fortemente para conquistar a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), próxima ao território, local em que muitos e muitas indígenas buscam sua formação no Ensino Superior. Também conquistou uma unidade avançada da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) em seu território para a oferta do curso de Pedagogia Indígena (Unicentro, 2018) e o curso de Especialização em Educação Escolar Indígena. Esses dados buscam evidenciar o contexto e a conjuntura da necessidade de formação e escolarização superior de nosso povo (Freitas, 2024).

A problemática investigativa explícita que esse território tem realizado conquistas em postos de trabalho antes não existentes, ou acessados exclusivamente por sujeitos não indígenas, fator que tem exigido a formação superior pelos sujeitos indígenas. Isso vem sendo enfrentado mediante acesso à universidade pública e, contraditoriamente, à universidade/faculdades/centros universitários privados, pelos sujeitos indígenas. Neste

estudo analisamos a presença das mulheres indígenas no Ensino Superior e a ocupação dos postos de trabalho por elas no território.

Para produzir os dados realizamos a investigação bibliográfica necessária à produção acadêmica e científica. Como categorias centrais do estudo, destacamos o Ensino Superior, as mulheres, o território, a formação, entre outras. No trabalho de campo realizamos o levantamento de dados sobre as mulheres kaingang e guarani no Ensino Superior com a produção de gráficos para análise qualitativa e quantitativa.

O artigo está organizado em três partes para expor o conhecimento produzido. Iniciamos com os dados da pesquisa bibliográfica, que aborda a luta das mulheres indígenas dentro do movimento indígena brasileiro e historiza brevemente a presença das mulheres no Ensino Superior no Brasil; na sequência trazemos a luta indígena no território Rio das Cobras com a demarcação desse território nos anos de 1970 e, nele, a presença das mulheres no Ensino Superior.

MULHERES INDÍGENAS E A LUTA POR PARTICIPAÇÃO

De acordo com Verdum *et al.* (2008), as duas primeiras organizações exclusivas de mulheres indígenas são a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e a Associação de Mulheres Indígenas do Distrito de Taracúá, Rio Uaupés e Tiguié (Amitrut), constituídas na década de 1980. Novas organizações somente foram criadas a partir da década de 1990. Esse movimento de mulheres indígenas começa a se configurar com o destaque de lideranças femininas que levantaram sua voz diante dos órgãos governamentais nacionais e até mesmo internacionais.

Segundo dados analisados, a presença das mulheres no movimento indígena vem crescendo e ganhando destaque nas mobilizações, principalmente nas duas últimas décadas. Atualmente, as mulheres ocupam cargos em associações, organizações representativas regionais e nacionais, além de estarem na linha de frente da luta por direitos. Em 2020, mediante levantamento do Instituto Socioambiental (ISA), as organizações de mulheres representavam 9% do total de organizações indígenas, constituindo 85 organizações e sete departamentos somente de mulheres indígenas, totalizando 92 entidades. Essas organizações têm o intuito de articular e promover políticas públicas e estão espalhadas por 21 Estados do país, com abrangência local (ISA, 2020).

Convém destacar a publicação de Verdum *et al.* (2008) sobre as dificuldades relatadas por 50 mulheres kaingang, guarani e grupos étnicos xokleng no trabalho de um grupo de mulheres indígenas da Região Sul do país, ocorrido em reunião realizada em outubro de 2007, no Paraná:

[...] machismo dentro das aldeias e discriminação racial fora das aldeias; abuso de álcool, principalmente por jovens indígenas; falta de transporte escolar para alunos que estudam fora da aldeia; as dificuldades financeiras que mantêm os universitários afastados dos estudos e presença de doenças sexualmente transmissíveis em diferentes comunidades; gravidez na adolescência; falta de medicamentos nas unidades de saúde pública; desnutrição infantil; falta de moradia adequada; e reconhecendo que o tamanho das “terras indígenas” reconhecidas pelo Império brasileiro é atualmente insuficiente para garantir o sustento das famílias [...] (p. 67).

Embora essas mulheres estejam inseridas na sociedade cultural patrilinear, num contexto de falta de recursos, de Educação Básica e Ensino Superior, elas passaram a ter um papel muito importante, pois exercem o poder político e religioso dentro de seus grupos, passando a buscar relacionamentos e relações entre eles, convênios com entidades, universidades e igrejas, resultando em ações governamentais voltadas para elas prioritariamente (Oliart, 2012).

As mulheres indígenas têm desempenhado um papel fundamental na luta por direitos e na promoção da igualdade de gênero dentro das suas comunidades e na sociedade em geral. Ao longo da história, elas têm enfrentado múltiplas formas de discriminação e opressão, incluindo o sexismo, o racismo e o colonialismo (Veiga-Neto, 2013).

Sobre a necessidade de inclusão indígena no ambiente educacional, no entanto, Paulino (2008) mostra que entre 2003 e 2007, quando os indígenas começaram a ingressar nas universidades, os alunos indígenas do sexo masculino eram mais comuns nas universidades públicas e apenas depois as mulheres indígenas passaram a ocupar o espaço universitário.

As mulheres indígenas têm se organizado para reivindicar seus direitos e fortalecer sua participação política, social e cultural, lutando por questões como o reconhecimento de seus territórios, a preservação de suas línguas e culturas, o acesso à educação, à saúde e a condições de vida dignas. Além disso, têm se destacado na defesa do meio ambiente e na promoção de práticas sustentáveis que valorizam a relação harmoniosa com a natureza e a proteção dos recursos naturais. Essa liderança tem sido fundamental na luta contra a exploração predatória dos territórios indígenas, a contaminação dos rios e a degradação ambiental (Simões, 2018).

No campo dos direitos humanos, as mulheres indígenas têm denunciado a violência de gênero e a violação de seus direitos, buscando maior proteção e justiça para as vítimas. Consideramos que elas têm se organizado em redes e movimentos para fortalecer sua voz e influenciar políticas públicas que promovam a igualdade de gênero e o respeito aos direitos humanos. Vale destacar que a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2022, é outro marco importante para os povos indígenas no Brasil, uma vez que nomeou a ministra dos Povos Originários, Sônia Guajajara, e, para a Fundação Nacional do Índio (Funai), Joênia Wapichana. Destacamos, também, a eleição da deputada federal Célia Xacriabá. Todos esses fatos fortalecem a participação das mulheres indígenas na política e nos espaços de poder com a ocupação de cargos de representação, além da criação de espaços de decisão coletiva. Tal participação é fundamental para assegurar que suas demandas e perspectivas sejam consideradas nos processos de tomadas de decisão (Veiga-Neto, 2013).

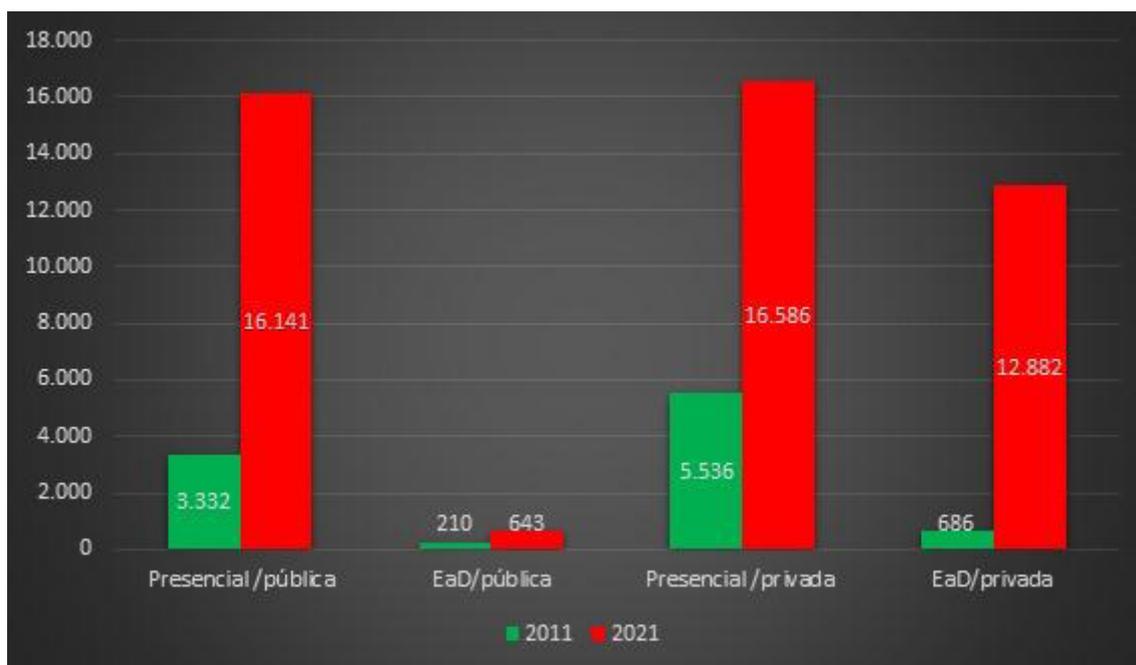
A despeito dos avanços e das conquistas, as mulheres indígenas ainda enfrentam desafios significativos, como a falta de acesso a serviços básicos, a discriminação e a violência. Ancorados em Simões (2018), entendemos que é fundamental que seus direitos sejam garantidos e que suas vozes sejam ouvidas em todos os níveis da sociedade, promovendo a justiça social e a igualdade de gênero.

Quando buscamos os dados do Ensino Superior, podemos afirmar que as mulheres indígenas estão cada vez mais presentes e atuantes como estudantes e pesquisadoras

nos espaços acadêmicos brasileiros, entendendo a universidade como lugar de disputas epistemológicas e o diploma como ferramenta de luta indígena (Arcanjo, 2011).

Com base nos dados do Censo da Educação Superior, promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais Anísio Teixeira (Inep, 2021), no acesso ao Ensino Superior constatamos que aumentou o número de indígenas nas instituições públicas e privadas com a promulgação da Lei de Cotas em 2012 (Silva; Bruno; Martins, 2019), como podemos ver na Figura 1.

Figura 1 – Indígenas no Ensino Superior no Brasil, evolução 2011 a 2021



Fonte: G1/IBGE/Inep/Semespe (2022).

Com os dados da Figura 1 mostramos que houve crescimento expressivo dos povos indígenas no Ensino Superior entre 2011 e 2021, passando de 9.764 em 2011 para 46.252 em 2021. Da mesma forma, podemos constatar que ocorre um forte aumento de estudantes na educação privada e na educação a distância, seja ela privada ou pública, portanto permanece a necessidade de luta pela educação pública, gratuita e de qualidade social para os povos indígenas no país. Esse crescimento, ainda que contraditório, precisa incluir a formação de professores indígenas para atuar no Ensino Superior (Gehrke; Sapeli; Faustino, 2020).

Destacamos, no diálogo com os autores indígenas, que a universidade e o Ensino Superior são oportunidades de compartilhar saberes, conhecimentos e as formas de viver no mundo a partir de “valores sociais, que agregam valores aos saberes ocidentais de educação, ciência e ensino” (Terena, 2003, p. 10); também chamamos a atenção para a necessidade de os estudantes indígenas dominarem as ferramentas do Ocidente e romper com as imagens criadas sobre os indígenas para garantir a riqueza da diversidade cultural dos primeiros povos e trilhar o caminho da independência (Munduruku, 2012).

A produção do escritor indígena na educação “não só desafia a narrativa sobre o passado colonial, ao criticar o silenciamento dos indígenas em favor da história

dominante, como reafirma a resistência desses povos na construção de seus projetos atuais e o futuro” (Portela; Nogueira, 2016, p. 160). Em suas reivindicações e debates sobre o Ensino Superior, há também uma crítica ao modo como a universidade é (re) organizada para a produção de conhecimento especializado, único, individualizado e de alta qualidade na atividade de mercado. Como grupos, os indígenas não querem ser incluídos nessa concepção educacional, destaca Baniwa (2013). As reflexões realizadas na pesquisa mostram que é um desafio abrir a universidade aos diversos saberes e transformar esse espaço. Os cursos de Graduação e Pós-Graduação, como local de formação continuada e de pesquisa científica, ainda estão cheios de barreiras que os mantêm fechados à testagem teórica, e, assim, à oportunidade de “fazer pleno uso do poder transformador que permite a renovação do pensamento e a produção de conhecimento nos estudos” (Portela; Nogueira; Guimarães, 2019, p. 3).

Outro aspecto a ser enfrentado refere-se à escrita acadêmica, pois as histórias são contadas pelos próprios povos indígenas para produzir conhecimentos teóricos que divergem do pensamento dominante e colonialista sobre os povos originários, além de uma nova história. Há, portanto, necessidade de resguardar a permanência adequada dos estudantes indígenas na instituição de Ensino Superior, não como exceção, mas com o apoio da instituição para o acesso e a permanência na universidade, além de garantir o reconhecimento, no conteúdo do currículo, da produção indígena como saber oficial (Santos, 2012).

A literatura analisada permite afirmar que a discussão da presença e da participação das mulheres indígenas nas universidades brasileiras tem se mostrado cada vez mais relevante e significativa. Historicamente, as mulheres indígenas enfrentaram múltiplas formas de discriminação e exclusão, mas nos últimos anos têm conquistado espaços de destaque na academia, contribuindo para a valorização e o fortalecimento de suas culturas e conhecimentos (Portela; Nogueira, 2016). Nesse sentido, destacamos que estar no Ensino Superior é fundamental para romper com estereótipos e preconceitos, promovendo uma visão mais ampla e inclusiva da diversidade cultural e étnica do Brasil. As mulheres indígenas trazem consigo saberes tradicionais, perspectivas únicas e um olhar diferenciado sobre questões sociais, ambientais e culturais (Lima, 2018).

A presença da mulher indígena no Ensino Superior contribui para o seu próprio desenvolvimento e empoderamento, mas também para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Consideramos que elas têm a oportunidade de se capacitar academicamente, ampliar suas redes de contatos e influenciar as discussões e políticas voltadas para os povos indígenas, contribuindo para a construção de uma educação intercultural e para a valorização dos conhecimentos tradicionais (Simões, 2018).

É importante destacar, no entanto, que as mulheres indígenas ainda enfrentam desafios para ingressar e permanecer nas universidades, tais como a falta de acesso à Educação Básica de qualidade, a discriminação racial e de gênero, as dificuldades financeiras e a distância geográfica. Por isso, é fundamental que sejam adotadas políticas de inclusão e apoio específicos para essas estudantes, como ações afirmativas, programas de bolsas de estudo e estratégias de acolhimento e acompanhamento (Simões, 2018).

Com a ocupação do Ensino Superior pelos sujeitos indígenas, consideramos que esses têm potencial de agentes de transformação e formação de lideranças para as comunidades, levando adiante as lutas por direitos indígenas, a valorização das culturas tradicionais e a proteção dos territórios e recursos naturais.

Considerando esse breve panorama nacional, trazemos, na sequência, dados da pesquisa de campo que apresenta e analisa a presença das mulheres kaingang e guarani no Ensino Superior no Estado do Paraná, a partir do estudo de um território indígena.

MULHERES DA TERRA INDÍGENA RIO DAS COBRAS ESTÃO NO ENSINO SUPERIOR

A história da TI Rio das Cobras está intrinsecamente ligada à luta pela demarcação de territórios indígenas a partir dos anos de 1970. Na Região Sul os povos das etnias kaingang e guarani organizaram um movimento indígena na luta pela terra. Entre essas regiões devemos dar uma atenção especial à TI Rio das Cobras, pois, na mesma época, os indígenas uniram-se para defender as suas terras que estavam sendo invadidas pelos colonos, conhecidos pelos indígenas como posseiros, e que residiam em Rio das Cobras (Freitas, 2017).

O movimento de retomada da terra ganha força ante os arrendamentos que estavam sendo praticados dentro do território, com os quais os indígenas das etnias kaingang e guarani não concordavam, desde o final dos anos de 1940, quando teve início a luta pela defesa das suas terras. A visão de querer civilizar os povos originários que se encontravam no território brasileiro prevalecia e buscava-se diminuir as terras dos indígenas que já tinham sido reservadas por meio de Decretos do governo federal, de acordo com Gurski (2020).

No ano de 1949 foi firmado um acordo entre o Estado do Paraná e a própria União, divulgado no Diário Oficial no dia 18 de maio de 1949, com o objetivo de regularizar as terras indígenas. O governador do Estado paranaense, Moisés Lupion, decidiu, então, que o órgão de Serviço de Proteção aos Índios (SPI) seria o responsável por fiscalizar e localizar as terras indígenas reservadas aos povos indígenas (Gurski, 2020). Os resultados dessa ação não foram positivos, pois os dados coletados pelo SPI não eram verdadeiros, afetando as comunidades indígenas que se localizavam no Estado do Paraná: TI de Mangueirinha no município de Chopinzinho e Coronel Vivida; TI de Queimadas no município de Ortigueira; TI de Ivaí no município de Manoel Ribas; TI de Faxinal no município de Cândido de Abreu; TI de Rio das Cobras no município de Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu.

Convém ressaltar que a TI de Rio das Cobras já tinha sido concedida aos kaingang e guarani no século 20, pois eles trabalhavam nas construções de estradas em troca da obtenção de suas terras. Os indígenas trabalhavam nas construções dessas estradas que chegavam até a região de Palmas, Guarapuava e a Colônia Militar de Chopim, que apenas no ano de 1901 foram institucionalizadas (Gurski, 2020). Nesse ano de 1901 o governador do Paraná, Francisco Xavier da Silva, em troca do trabalho pesado nas construções das estradas, concedeu 19.106 hectares de terras aos indígenas que estavam sob o comando do líder/cacique kaingang Jêmbre (Gurski, 2020).

De acordo com as mudanças que vinham se apresentando nesse cenário, no ano de 1951 foram decretadas uma série de regulamentações que passavam ao governo estadual plenos poderes para abrir o processo de colonização da terra indígena. Nesse mesmo ano a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (FPCI) teve o papel de analisar e fazer o processo de demarcação das terras de Rio das Cobras e dividir as terras entre os posseiros que estavam na localidade (Gurski, 2020).

Rio das Cobras possuía quantidade maior de terra, então o governo do Estado paranaense, no ano de 1951, quis diminuir as terras já concedidas, resultando nas revoltas dos indígenas residentes no território. Segundo Gurski (2020), os indígenas locomoveram-se até a cidade de Nova Laranjeiras para denunciar as violências físicas sofridas e a grilagem das suas terras pelas pessoas que compunham o SPI. Essas denúncias constam no Relatório Figueiredo, um documento específico que traz informações sobre a situação lamentável que acontecia com os indígenas. A partir das denúncias feitas pelos próprios moradores da TI Rio das Cobras, o órgão do SPI foi extinto, ficando no seu lugar a Funai, em 1961. A situação, porém, não mudou muito, pois a presença dos colonos se intensificou cada vez mais nesse período, e, em 1977, a quantidade de invasores da terra indígena chegou a 1.500 posseiros, diminuindo as terras reservadas aos indígenas (Gurski, 2020).

Gurski (2020) revela que entre os anos de 1977 e 1978 foram desencadeadas formas para expulsar os posseiros que estavam em Rio das Cobras. Os indígenas das etnias kaingang e guarani reuniram-se para expulsar os não indígenas dos seus territórios e, nesse contexto, Ângelo Kretã uniu-se aos indígenas de Rio das Cobras no planejamento das expulsões. De fato, depois de muitos planejamentos entre os indígenas de Rio das Cobras e de outras terras indígenas, a luta iniciou no ano de 1978 com o apoio das tropas do Coronel Nestor Silva. Esse conflito entre os posseiros e os indígenas levou cerca de dois meses para se encerrar.

Os indígenas venceram essa luta e ficaram com as suas terras que, somente no ano de 1984, foram demarcadas, compreendendo 18.862 hectares, passando pelo processo de homologação no ano de 1991. Assim, a TI Rio das Cobras está localizada nos municípios de Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu (Freitas, 2017). Atualmente nela residem 3.600 pessoas (IBGE, 2022); são mais de 900 famílias que estão espalhadas pelas 10 aldeias, como mostramos na Figura 2, a seguir, que destaca a dimensão do território e a rodovia BR 277, foco de vários conflitos na atualidade .

Figura 2 – Mapa do Território Indígena de Rio das Cobras, 2023



Fonte: Google Maps (2023).

Como podemos observar, o mapa cerca as terras, os povos e suas histórias. Se por um lado o território é demarcado e isso pode parecer avanço, por outro a circulação agora também fica limitada. Com isso, os indígenas de Rio das Cobras, com território limitado, precisam conquistar trabalho/emprego público, e, logo, evidenciamos a necessidade da formação superior e a profissionalização do povo indígena para assumir esses postos e gerar renda às famílias, preservando a cultura, a língua e o meio ambiente.

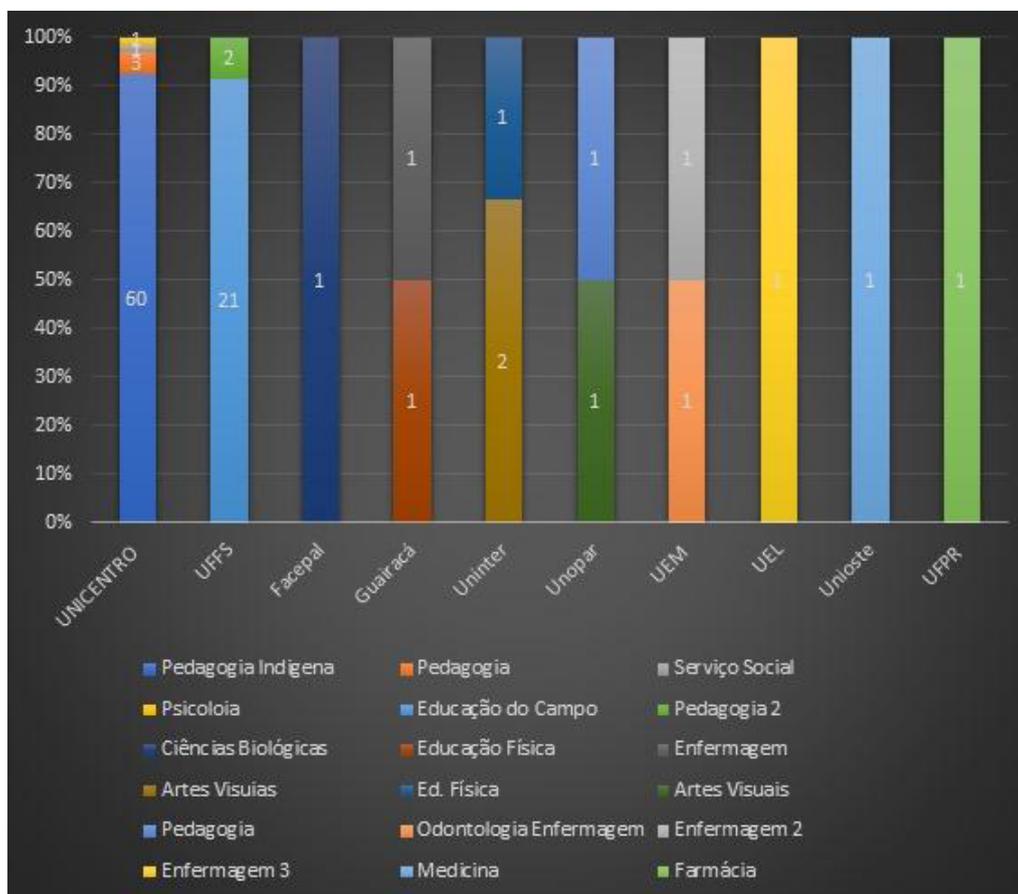
Nesse sentido, as lideranças da TI Rio das Cobras foram presentes na luta pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), fundada em 2009. Esse território, portanto, é beneficiado pela proximidade geográfica com a instituição pública, aspecto que a leva para dentro do território com ações de ensino, pesquisa e extensão, ao mesmo tempo em que leva os povos indígenas para dentro do Ensino Superior e a universidade.

As lideranças e estudantes da Educação Básica da aldeia também solicitaram à Unicentro cursos de Graduação na aldeia, conquistando, assim, o curso de Licenciatura em Pedagogia Indígena para formar 180 acadêmicos, além da instalação de uma Unidade Avançada da referida instituição na aldeia (Gehrke; Sapelli; Faustino, 2019). Com essas duas grandes conquistas, homens e mulheres indígenas desse território acessam a universidade pública, presencial, gratuita e de qualidade social, tanto na universidade dentro do território quanto externa a ele.

A pesquisa registra que Sirlei Garigtanh Fernandes foi a primeira mulher a frequentar o Ensino Superior e a universidade. Ela concluiu o curso de Ciências Biológicas na Faculdade de Palmas (Facepal) entre 2003 e 2005. Depois dela tiveram

outras indígenas, de tal forma que, atualmente, Rio das Cobras é um dos territórios mais escolarizados no Ensino Superior no Paraná. A Figura 3 apresenta os cursos e as universidades frequentados pelas mulheres indígenas.

Figura 3 – Instituições e cursos frequentados pelas mulheres indígenas de Rio das Cobras, Paraná, 2015 a 2023



Fonte: Elaboração própria.

Como podemos perceber na Figura 3, o caso da TI Rio das Cobras diferencia-se dos dados nacionais, pois as mulheres indígenas frequentam mais as universidades públicas – Unicentro (três cursos), UFFS (dois cursos), Universidade Estadual de Maringá (UEM) (dois cursos), Universidade Estadual de Londrina (UEL) (um curso), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) (um curso) e Universidade Federal do Paraná (UFPR) (um curso) – e menos as universidades/faculdades/centros universitários privados – *Faculdade de Palmas* (Facepal) (um curso), Centro Universitário Guairacá (dois cursos), Universidade Norte do Paraná (Unopar) (dois cursos) e Centro Universitário Internacional (Uninter) (três cursos). As mulheres buscaram para sua formação, até então, 10 instituições no Estado e 18 cursos, principalmente nas áreas da educação e da saúde.

Dados preliminares levantados na pesquisa com as egressas e acadêmicas demonstraram que um dos fatores que contribuiu para o aumento do acesso ao Ensino Superior público é a proximidade da UFFS, *Campus Laranjeiras do Sul*, distante 35 km da sede da TI, e a Unicentro, com a oferta de curso na própria aldeia. O fato de ambas

trabalharem com a Pedagogia da Alternância evita a necessidade de morar fora do território para estudar, reduzindo os índices de evasão e desistência.

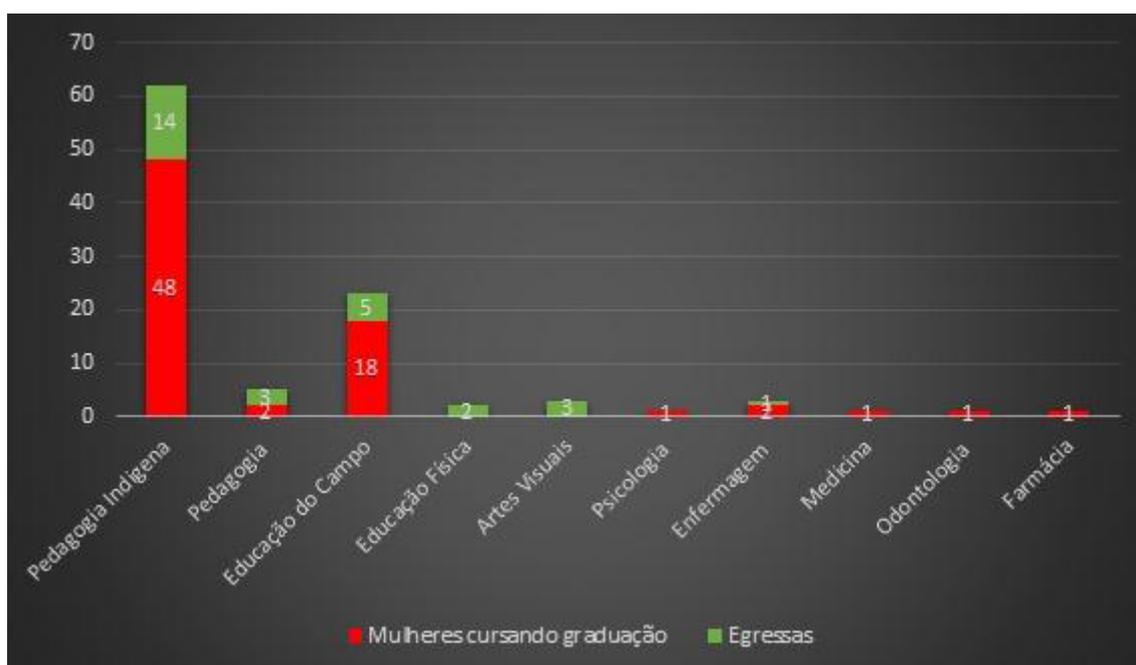
Para Gehrke, Sapelli e Faustino (2019, p. 11),

Pedagogia da Alternância é atender a garantia legal de acesso e permanência dos estudantes indígenas, pois, em regimes comuns, de frequência diária, as dificuldades são muito maiores, já que envolvem a saída desses sujeitos de suas comunidades por quatro anos ou mais; a fixação de moradia nas cidades, o que envolve custos de aluguel, de alimentação, de transporte, dentre outros; outra questão a se considerar é que os estudantes indígenas têm o direito de acessar também o ensino presencial, proporcionado pelos Tempo Universidade e Tempo Comunidade, sem comprometer vínculos societários, o que aprofunda a relação teoria-prática e potencializa o contato com a diversidade étnico-cultural indígena, a vivência de práticas de auto-organização, o intercâmbio com outras comunidades.

Articulados à forma de acesso, os programas de permanência também contribuem para a garantia do direito. Nesse sentido, destacamos os programas federais como o Primeira Infância Melhor (PIM), o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), o Residência Pedagógica e os programas estaduais, como o vestibular diferenciado e intercultural proposto pela Comissão Universidade para os Índios (Cuia) e o Projeto Especial de Pedagogia Indígena da Unicentro, que conta com recursos diversos, porém sem um programa de formação mais estruturado.

Na Figura 4 apresentamos alguns resultados das políticas de inclusão do período compreendido entre 2015 e 2023, considerando a presença das mulheres nesses espaços e no mundo do trabalho a partir da escolha de uma profissão.

Figura 4 – Mulheres da Terra Indígena de Rio das Cobras, Paraná, egressas e estudando no Ensino Superior, 2015 a 2023



Fonte: Elaboração própria.

Com a investigação realizada conseguimos levantar um total de cem mulheres indígenas egressas ou cursando o Ensino Superior, das quais 30 são egressas e 70 estão cursando. Dessas, 90 são kaingang e 10 guarani, dado que indica a baixa frequência das mulheres guarani em relação às mulheres kaingang.

Desse conjunto, a Unicentro destaca-se com 60 mulheres no curso de Licenciatura Indígena, seguida pela UFFS com 23 mulheres, com a Licenciatura em Educação do Campo, área das Ciências Humanas e Sociais. Esses dados remetem-nos diretamente às políticas de inclusão e de ações afirmativas. Analisando o papel do Ensino Superior, podemos afirmar que há uma considerável sensibilização no que se refere aos povos indígenas, porém muito está por ser feito, seja em termos de estrutura, seja em termos de currículo, para que o trabalho pedagógico seja efetivo e de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolvemos esta pesquisa na parceria institucional e militante, entre professores universitários e eu, mulher indígena, professora, pesquisadora, que buscou a Pós-Graduação como forma de qualificar a luta no meu território e de todos os parentes. Por isso, decidimos na escrita final, privilegiar a voz indígena (eu), sujeita principal deste trabalho.

Assim, dedicamos este trabalho às mulheres indígenas kaingang e guarani residentes na TI Rio das Cobras. Também sou mulher, neta das mulheres guerreiras, Dona Maria Penningrutyjeg Fidêncio e Dona Arvelina Vaso Adriano, exemplos de força e que sempre acreditaram na minha capacidade de evoluir enquanto mulher indígena; a elas também dedico este trabalho.

Destacamos, com base na realidade vivenciada por todas as mulheres indígenas participantes da pesquisa que, a partir do momento em que passamos a frequentar o universo acadêmico, enfrentamos muitos desafios para conseguir um diploma e para desenvolver o trabalho dentro do território indígena. Esses desafios são internos na aldeia, como também externos a ela. A pesquisa é uma forma de dar visibilidade às mulheres indígenas que cada vez mais buscam avançar nos estudos.

Trazemos aspectos desafiadores para as indígenas no Ensino Superior, o estranhamento com a comunicação bilíngue nas línguas indígenas e a língua portuguesa oficial, as relações nem sempre tranquilas com a sociedade externa e a comunidade universitária, as formas de ensino pouco articuladas aos nossos modos de aprender, a burocracia institucional que nos é estranha e, muitas vezes, desnecessária, a relação com o tempo acelerado dos não indígenas que pouco do tempo aproveitam, a alimentação e os demais hábitos e a cultura, entre tantos outros aspectos que, por um lado, nos limitam e, por outro, nos jogam no mundo não indígena. Daí a necessidade de estarmos fortes para não nos perdermos nos propósitos da vida.

Nos aspectos internos, consideramos que as mulheres passam despercebidas dentro das suas comunidades, ainda não ocupam postos de liderança, nem a gestão das escolas e unidade de saúde, ainda ocupadas por não indígenas. As mulheres acadêmicas ou egressas do Ensino Superior vêm pautando mudanças. Logo, a escrita acadêmica é para deixar registrada a história de transformações que estão sendo realizadas pelas

mulheres indígenas e, com isso, incentivar a geração de jovens, mulheres e homens, que estão nas escolas indígenas.

Neste trabalho de pesquisa mostramos que a TI Rio das Cobras se diferencia na formação superior indígena. Ainda que nosso foco esteja nas mulheres, há dados similares que mostram a presença masculina indígena na universidade. Essa presença é facilitada pela proximidade do território às universidades, mas, acima de tudo, pela luta empreendida pelas mulheres para acessá-las e, assim, influenciar outras mulheres.

Entendemos que o fato de as mulheres ocuparem o Ensino Superior, muito mais do que uma reparação histórica, é um ato de inclusão desses povos e, sobretudo, das mulheres, em processos sociais de seu tempo e seu espaço, contribuindo para o desenvolvimento dessas comunidades desde o trabalho nas escolas, mas também na participação política e social.

Verificamos que na TI Rio das Cobras as mulheres kaingang e guarani frequentam o Ensino Superior público e privado, presencial e remoto, dentro e fora da aldeia. No levantamento dos dados percebi que algumas preferem cursar um Ensino Superior a distância para não abandonarem seus trabalhos ou não ficarem longe da família. Também podemos concluir e defender que somente a Pedagogia da Alternância pode trazer avanços para o acesso e permanência das mulheres no ensino público, direito já garantido em lei.

Salientamos que, com o estudo, as mulheres indígenas fortalecem a luta para participar das organizações políticas tanto internas quanto externas, e a maioria das comunidades indígenas, principalmente a juventude, reconhece esses avanços em relação às mulheres indígenas da TI Rio das Cobras. Essas mulheres ocupam o lugar do trabalho formal nas escolas como professoras da língua indígena, professoras de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, e das disciplinas específicas dos anos finais do Ensino Fundamental e Médio, porém poucas estão na gestão escolar. Na área da saúde o número é ainda menor. Por isso, estudar e permanecer no território é essencial para não gerar um afastamento da comunidade e um futuro retorno, de certa forma, estranho a ela.

Concluimos, sempre de forma provisória, que a força da ancestralidade feminina indígena kaingang está conosco, e, por isso, continuamos lutando pelo futuro do nosso povo, e que essa resistência seja o nosso maior exemplo enquanto mulheres originárias, agora com Ensino Superior. Fazer a pesquisa, escrever este texto em parceria com professores não indígenas, comunicar para outras e outros é, para mim, um exemplo da resistência que deixo.

REFERÊNCIAS

- ARCANJO, Julia de Alencar. *A luta pelo diploma e o diploma para a luta: Educação Superior para os povos indígenas*. 2011. 161 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/3490>. Acesso em: 22 set. 2022.
- BANIWA, Gersem. Educação Escolar Indígena no Brasil: avanços, limites e novas perspectivas. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 36., 2013, Goiânia. *Anais [...]*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2013. p. 1-13. Disponível em: http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_encomendados/gt21_trabalhoencomendado_gersem.pdf. Acesso em: 12 jun. 2023.

FREITAS, Elizandra Fygsãnh. *Lei e Política na Terra Indígena Rio das Cobras: a influência do Estado Brasileiro sobre a Tradição Kaingang*. 2017. 38 f. Monografia (Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências Sociais e Humanas) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, 2017. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3060>. Acesso em: 22 set. 2022.

FREITAS, Elizandra Fygsãnh. *A presença das mulheres da terra indígena Rio das Cobras no Ensino Superior público e privado – desafios e conquistas*. 2024. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2024.

GEHRKE, Marcos; SAPELLI, Marlene Lucia Siebert; FAUSTINO, Rosangela Celia. A formação de pedagogos indígenas em alternância no Paraná: uma contribuição à interculturalidade e ao bilinguismo. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, [S. l.], v. 4, p. e7350, 2019. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/7350>. Acesso em: 12 jun. 2023.

GEHRKE, Marcos; SAPELLI, Marlene Lúcia Siebert; FAUSTINO, Rosangela Célia. Formação de pedagogos e pedagogas indígenas: uma terra de direitos e de resistência. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 28, n. 156, 26 out. 2020.

GURSKI, Eder Augusto. a luta e retomada da Terra Indígena Rio das Cobras no Estado do Paraná (1940-1978). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 13., 2020, [S. l.], *Anais [...]*. Disponível em: https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1603397621_ARQUIVO_9e4874509d86e47dce05d6266a5dce13.pdf. Acesso em: 12 jun. 2023.

IBGE. *Dados do Censo Indígena Rio das Cobras*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: https://www.aen.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2023-08/liv102018_1.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2019*. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf. Acesso em: 24 jun. 2023.

ISA. Instituto Socioambiental. *Mapa das Organizações de Mulheres Indígenas no Brasil*. 2020. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/mapas-e-cartas-topograficas/brasil/mapa-das-organizacoes-de-mulheres-indigenas-no-brasil>. Acesso em: 24 jun. 2023.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. Ações afirmativas no Ensino Superior e povos indígenas no Brasil: uma trajetória de trabalho. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 24, n. 50, p. 377-448, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/4981de96d48867a145ae6ab6bd737f21/1?pqorigsite=gscholar&cbl=2040949>. Acesso em: 15 jun. 2023.

MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.

OLIART, Patricia. Las organizaciones de mujeres indígenas en Perú y los discursos de los derechos indígenas y la equidad de género. In: HERNÁNDEZ, Aída Rosalba; CANESSA, Andrew. *Complementariedades y exclusiones en Mesoamérica y los Andes*. [S. l.]: IWGIA, 2012. (Serie Testimonios).

PAULINO, Marcos Moreira. *Povos indígenas e ações afirmativas: o caso do Paraná*. 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: https://ppge.educacao.ufrj.br/dissertacoes/marcos_paulino.pdf. Acesso em: 24 jun. 2023.

PORTELA, Cristiane de Assis; NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. Sobre indigenismo e autoria indígena no Brasil: novas epistemologias na contemporaneidade. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 20, n. 2, p. 154-162, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2016.202.04>. Acesso em: 15 jun. 2023.

PORTELA, Cristiane de Assis; NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo; GUIMARÃES, Sílvia. Saberes transformativos em práticas acadêmicas. *Revista de Estudos em Relações Interétnicas*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 3-10, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/interethnica/article/view/25687/22586>. Acesso em: 15 jun. 2023.

SANTOS, J. dos. Ações afirmativas e educação superior no Brasil: um balanço crítico da produção. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 93, n. 234, 22 ago. 2012. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3570>. Acesso em: 15 jun. 2023.

SILVA, Vitória Régia da; BRUNO, Maria Marta; MARTINS, Flávia Bozza. Ingresso das mulheres indígenas cresce 620% em 2009. *Gênero e Número*, [S. l.], 19 dez. 2019. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/ingresso-de-mulheres-indigenas-nas-universidades-cresce-620-desde-2009>. Acesso em: 24 jun. 2023.

SIMÕES, Rodrigo. Participação indígena no Ensino Superior aumenta mais de 500% em seis anos; mulheres são a maioria. *Quero Bolsa*, [S. l.], 19 abr. 2018. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/participacao-indigena-no-ensino-superior-aumenta-mais-de-500-em-seis-anos-mulheres-sao-a-maioria>. Acesso em: 23 jun. 2023.

TERENA, Jorge Miles da Silva. *A biodiversidade do ponto de vista de um índio*. Instituto Socioambiental, GTAA, 2003. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/L6D00027.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2023.

UNICENTRO. *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia* (Terra Indígena). Guarapuava, 2018.

VEIGA-NETO, Alfredo. Gubernamentalidad y educación. *Revista Colombiana de Educación*, [S. l.], n. 65, p. 19-42, 2013. Disponível em: <https://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/RCE/article/view/2180>. Acesso em: 15 jun. 2023.

VERDUM, Ricardo *et al.* *Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas*. Brasília: Inesc, 2008. Disponível em:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/mulheres_indigenas_direitos_pol_publicas.pdf. Acesso em: 24 jun. 2023.

Autor correspondente

Ana Cristina Hammel

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Campus Laranjeiras do Sul – BR-158, s/n – Zona Rural

Laranjeiras do Sul/PR, Brasil CEP 85301-970

ana.hammel@uffs.edu.br

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons

